



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE SAPIRANGA EM 12.08.2014

Aos 12 dias do mês de agosto de 2014, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Sapiranga a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das servidoras Nádia Beatriz Dadalt e Ana Maria Lucena Adams, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004204-66.2014.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Diretor do Foro, Juiz CLEINER LUIZ CARDOSO PALEZI, pelo Coordenador MARCELO PINHEIRO LUCERO e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 10.07.1990

Data da última correição realizada: 04.06.2013

Jurisdição: Ararica, Campo Bom, Nova Hartz, Sapiranga.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2013 a 12.08.2014

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Cleiner Luiz Cardoso Palezi	1ª Vara do Trabalho de Sapiranga

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Sapiranga gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.

2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Marcelo Pinheiro Lucero	Analista Judiciário – Área Judiciária	Coordenador – CJ1	15.02.2000
2	Ricardo Tadashi Kawata	Técnico Judiciária – Área Administrativa	Assistente-FC04	13.01.2012
3	Eduardo Schenato Pineiro	Técnico Judiciária – Área Administrativa	Assistente-FC02	05.05.2014
4	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	Técnico Judiciário - Segurança		31.08.2005
5	Rodrigo Jiombra Alves De Oliveira	Técnico Judiciário - Segurança		25.11.2013
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Ana Paula Lucci Da Motta Pedroso	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.01.2012
2	Delamar Pereira Nogueira Neto	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.10.2012
3	Francisco Wilson De Oliveira Junior	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	06.06.2014
4	Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	16.04.2010
5	Maria Patricia Alves Montserrat	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	22.04.2008
6	Thiago Arthur Cembranel	Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	11.04.2013

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2014)

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT



O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Marcelo Pinheiro Lucero	Curso ou evento	6 dias	7 dias
		Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	
2	Ricardo Tadashi Kawata	Curso ou evento	3 dias	4 dias
		Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	
3	Eduardo Schenato Pineiro	Curso ou evento	1 dia	2 dias
		Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	
4	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	Curso ou evento	3 dias	17 dias
		Curso Parcial (período inferior a seis horas)	2 dias	
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	7 dias	
		Licença Paternidade	5 dias	
5	Rodrigo Jiombra Alves De Oliveira	Curso ou evento	5 dias	6 dias
		Licença Tratamento Saúde (LTS)	1 dia	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Ana Paula Lucci Da Motta Pedroso	Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	1 dia
2	Delamar Pereira Nogueira Neto	Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	1 dia
3	Francisco Wilson De Oliveira Junior	Curso Parcial (período inferior a seis horas)	1 dia	1 dia
4	Thiago Arthur Cembranel	Trabalho nas eleições	1 dia	1 dia

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2014)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado



Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marli Roque Ferreira	08.04.2014	07.05.2014	30 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Saporanga
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Ivacir Boff	14.12.2011	10.04.2013	1 ano, 3 meses e 27 dias	Central de Mandados de Gravataí
2	João Batista Nunes Correa	05.12.2012	05.06.2014	1 ano e 6 meses	Central de Mandados de Porto Alegre

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2014)

2.2.5. Estagiários:

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2014.

2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Marcelo Pinheiro Lucero*	78 horas	26 horas	28 horas	132 horas
2	Ricardo Tadashi Kawata	50 horas	26 horas	58 horas	134 horas
3	Eduardo Schenato Pineiro	-	26 horas	52 horas	78 horas
4	Carlos Alberto Duarte Von Ahn	30 horas	-	96 horas	126 horas
5	Rodrigo Jiombra Alves De Oliveira	-	-	302 horas	302 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Ana Paula Lucci Da Motta Pedroso	-	30 horas	-	30 horas



2	Delamar Pereira Nogueira Neto	50 horas	30 horas	100 horas	170 horas
3	Francisco Wilson De Oliveira Junior	-	4 horas	35 horas	39 horas
4	Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti	-	26 horas	-	26 horas
5	Maria Patricia Alves Montserrat	-	30 horas	-	30 horas
6	Thiago Arthur Cembranel	30 horas	-	160 horas	190 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.08.2014)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2012	550	R\$ 3.045,83	R\$ 0,00
Média mensal - 2012	45,83	R\$ 253,82	R\$ 0,00
2013	580	R\$ 3.210,56	R\$ 0,00
Média mensal - 2013	48,33	R\$ 267,55	R\$ 0,00
Varição 2012-2013	5,45%	5,41%	-
2014 (até junho)	365	R\$ 2.009,38	R\$ 11,16

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 06.08.2014)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 48,33 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2013. Em relação ao ano anterior, registrou-se aumento de 5,54% na média de certidões expedidas mensalmente. Em 2014, os dados parciais colhidos até 30 de junho indicam novo aumento, tendo em vista que foram expedidas 365 certidões, o que equivale a uma média mensal de 60,83 certidões.

Conforme informado pelo Coordenador, em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues ao solicitante no mesmo dia. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais são arquivados por 6 meses e as guias comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivadas em local próprio.



3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	1.541 – 6,96%	20.586 – 93,04%	22.127
Processos com reclamadas	56.000 (totalmente) – 55,97%	31.304 – 31,29%	100.046
	12.742 (parcialmente) – 12,74%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014, às 12h05min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

Segundo as informações prestadas pelo Coordenador, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada no ato da distribuição da inicial. Se constatados erros de grafia/endereços (diversos), é anexada uma papeleta para a unidade respectiva, informando a necessidade da unificação. Na audiência é verificada a situação apontada, após é remetida uma cópia da ata da audiência, com a determinação para correção e/ou unificação. Também são verificadas as informações prestadas pelos oficiais de justiça em suas certidões e documentos fornecidos pelas próprias empresas.

Sempre quando há inclusão de uma nova reclamada no banco de dados do sistema, é verificado se já há dados suficientes informados, como documentos recentes informando razão social, CNPJ e outros. Nesse caso, a unificação é efetuada na primeira oportunidade.

Não existe, entretanto, controle em relação aos sócios, quando do redirecionamento da execução, sendo necessário que a própria Vara do Trabalho requeira a unificação. Neste caso, os dados são extraídos dos contratos sociais, informações prestadas pelas partes e consultas obtidas pelas Unidades Judiciárias junto ao processo e aos convênios disponíveis.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 06.08.2014, apenas 6,96% das reclamadas do Foro da Comarca encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 55,97% dos processos que tramitam na Comarca. Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2013, cujos percentuais alcançavam 5,1% de reclamadas unificadas e 54,49% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS			
	Unificados	Não unificados	Total



Endereços dos Advogados		4.667 – 75,02%	1.554 – 24,98%	6.221
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	84.693 (Totalmente) – 84,65%	14.265 – 14,26%	100.046
		1.088 (Parcialmente) – 1,09%		
	Reclamada	44.513 (Totalmente) – 44,49%	47.419 – 47,40%	100.043
		8.111 (Parcialmente) – 8,11%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014, às 12h15min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 75,02% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Sapiranga encontravam-se unificados, restando mais de 1.500 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes e de reclamadas vinculados que se encontravam totalmente unificados alcançaram os percentuais de, respectivamente, 84,65% e 44,49%.

Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2013, a Unidade Judiciária apresentou ligeira involução neste aspecto, reduzindo o percentual de cadastro de advogados unificados de 75,37% para 75,02%.

3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	818 – 97,15%	24 – 2,85%	842
Processos com Órgãos	9.348 – 99,82%	17 – 0,18%	9.365

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014, às 12h25min)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, 97,15% do cadastro de órgãos do Foro se encontra atualmente unificado. Com isso, o desempenho da Unidade no quesito manteve-se praticamente inalterado em relação aos dados obtidos na Inspeção Correccional do ano de 2013 (realizada em 04.06.2013), quando havia 97,31% órgãos unificados no cadastro da Comarca.

3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até junho)
Ação Anulatória	0	1	-	1
Ação Cautelar	9	17	88,89%	7



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Ação Civil Coletiva	0	0	-	0
Ação Civil Pública	0	2	-	1
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	1	14	1300,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	59	52	-11,86%	25
Ação de cumprimento	12	5	-58,33%	4
Ação de indenização	89	93	4,49%	43
Ação declaratória	4	1	-75,00%	0
Ação monitória	1	0	-100,00%	0
Ação possessória	0	1	-	0
Ação de repetição de indébito	1	0	-100,00%	0
Ação de representação sindical	1	0	-100,00%	1
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	2	3	50,00%	1
Carta de sentença	7	5	-28,57%	3
Carta precatória	489	474	-3,07%	214
Carta rogatória	0	0	-	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	31	44	41,94%	17
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	1
Inquérito	0	0	-	0
Mandado de segurança	0	0	-	0
Outros	2	3	50,00%	3
Protesto	0	2	-	0
Reclamatória-ordinário	3.422	3.885	13,53%	2.107
Reclamatória-sumaríssimo	121	102	-15,70%	60
Restauração de autos	0	1	-	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	1	-	1
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0



TEE multa DRT	2	9	350,00%	7
TOTAL	4.253	4.715	10,86%	2.496
MÉDIA POR MÊS	354,42	392,92	10,86%	416,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

No ano de 2013, foram distribuídas 4.715 novas ações na Comarca de Sapiranga, média mensal de 392,92 processos. Esse número superou em 462 as ações distribuídas em 2012, com aumento de 10,82% na média mensal de processos distribuídos. Em 2014, os dados parciais colhidos até 30.06.2014 indicam tendência de novo aumento, tendo em vista que a média mensal aumentou para 416 processos.

Em números de processos, as reclamações trabalhistas do rito ordinário tiveram maior elevação na comparação com os dados de 2012, registrando aumento de 13,53% de distribuições em 2013. Destaca-se, por outro lado, a redução de 15,70% no número de reclamações do rito sumaríssimo distribuídas em 2013.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados						
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2012	7.528	6.008	7.486	21.022	230	91,4
2013	6.376	4.568	7.313	18.257	233	78,36
Variação 2012-2013	-15,30%	-23,97%	-2,31%	-13,15%	1,30%	-14,27%
2014 (até junho)	3.074	2.481	3.300	8.855	106	83,54

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

Verificou-se, no sistema informatizado, que a Unidade Judiciária protocolou 18.257 petições e documentos em 2013. Esse número corresponde a uma média de 78,36 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se redução de 14,27% da média diária de petições e documentos protocolados.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo das Varas do Trabalho de Sapiranga fica em uma sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Conforme informações prestadas pelo Coordenador, os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria



quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

Conforme a vistoria feita na data da inspeção correcional, constatou-se a separação dos processos enviados para arquivamento por Vara do Trabalho. Os processos estão separados em lotes, com informação sobre a Vara a que estão vinculados, o número de ordem e o ano do arquivamento. O arquivo encontrava-se bem organizado, de forma a tornar ágil a localização dos processos arquivados.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2013, foram encaminhadas 342 guias de arquivamento pela 1ª Vara, 180 guias pela 2ª Vara e 225 guias de arquivamento pela 3ª Vara, totalizando 747 guias de arquivamento no ano. Já em 2014, até o dia 06.08.2014, a 1ª, a 2ª e a 3ª Varas encaminharam, respectivamente, 101, 128 e 72, guias de arquivamento à Unidade Judiciária.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000629-98.2014.5.04.0372	03/07/2014	14/07/2014	13
0100400-96.2007.5.04.0371	10/07/2014	21/07/2014	06
0000801-82.2010.5.04.0371	10/07/2014	21/07/2014	06
0139000-54.2005.5.04.0373	11/07/2014	23/07/2014	04

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 4 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.



Segundo as informações prestadas pelo Coordenador da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Sapiranga está dividida em 06 setores, consoante a especificação abaixo.

Setor 1 – Oficial de Justiça Thiago Arthur Cembranel: abrange os Municípios de Ararica e Nova Hartz.

Setor 2 – Oficial de Justiça Delamar Pereira Nogueira Neto: abrange os seguintes bairros do Município de Sapiranga: São Luiz, Piquete, Santa Fé e Vila Irma.

Setor 3 - Oficial de Justiça Francisco Wilson de Oliveira Junior: abrange os seguintes bairros do Município de Sapiranga: Amaral Ribeiro, Sete de Setembro, São Jacó e Operária.

Setor 4 - Oficial de Justiça Maria Patrícia Alves Montserrat: abrange os seguintes bairros do Município de Sapiranga: Centro, Centenário e Oeste.

Setor 5 - Oficial de Justiça Luiz Antonio Scalzilli Meneghetti: abrange os seguintes bairros do Município de Campo Bom: Centro, Celeste, Imigrante Sul, Bom Jesus, Floresta, Sempre Unidos, Floresta, 25 de Julho, Cohab Leste, Dona Augusta; Santo Antonio, Jardim do Sol.

Setor 6 – Oficial de Justiça Ana Paula Lucci Da Motta Pedroso: abrange os seguintes bairros do Município de Campo Bom: Imigrante Norte, Ipiranga, Aurora, Genuino Sampaio, Metzler, Paulista, Alto Paulista, Colina Deuner, Santa Lúcia, Solar do Campo, Loteamento Firenze, Rio Branco.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, o Coordenador da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 03 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às segundas-feiras. Os mandados classificados como urgente e plantão são distribuídos no mesmo dia ao oficial de justiça, havendo prioridade no seu cumprimento em relação aos outros.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Após essa análise, a devolução dos mandados às Unidades Judiciárias ocorre no mesmo dia da devolução pelo Oficial de Justiça.



4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento					
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	Total	Média mensal
2012	1.325	891	1.093	3.309	275,75
2013	1.840	1.165	1.826	4.831	402,58
Variação 2012-2013	38,87%	30,75%	67,06%	46,00%	46,00%
2014 (até junho)	1.006	501	869	2.376	396,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

Em 2013, a Central de Mandados recebeu 1.840 mandados da 1ª Vara do Trabalho, 1.165 mandados da 2ª Vara do Trabalho e 1.826 mandados da 3ª Vara do Trabalho, totalizando 4.831 mandados no período. Na comparação com o ano de 2012, constata-se que houve aumento da demanda de mandados recebidos em 46%. A média mensal de mandados recebidos, que em 2012 era de 275,75, subiu para 402,58 em 2013, tendo havido pequena redução no ano de 2014, considerando que os dados parciais (até 30.06) indicam média mensal de 396 mandados recebidos.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até junho)
Busca e Apreensão	7	20	185,71%	8
Citação	484	620	28,10%	264
Condução de Testemunha	2	1	-50,00%	2
Notificação	1.774	3.099	74,69%	1.627
Penhora	843	848	0,59%	393
Outros	178	174	-2,25%	99
Total	3.288	4.762	44,83%	2.393

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

Foram cumpridos 4.762 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2013. Considerando o número de mandados recebidos das Varas (item



4.3.1), constata-se que foram cumpridos 69 mandados a menos do que os recebidos no mesmo lapso, concluindo-se que houve aumento do estoque de mandados pendentes de cumprimento de 2013 para 2014. De qualquer forma, observa-se considerável aumento da produtividade dos oficiais de justiça, haja vista que, em 2013, foram cumpridos 1.474 mandados a mais que em 2012, o que representou um aumento de 44,83% no cumprimento de mandados.

Quanto aos tipos de mandados cumpridos pela Central de Mandados em 2013, as notificações registraram a maior parte (3.099), seguidas das penhoras (848) e das citações (620).

4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias				
	2012	2013	Variação 2012-2013	2014 (até junho)
Busca e Apreensão	10,57	12,65	19,66%	10,63
Citação	12,98	9,59	-26,14%	9,03
Condução de Testemunha	32,50	42,00	29,23%	9,00
Notificação	7,32	5,92	-19,15%	5,68
Penhora	21,81	16,30	-25,26%	15,91
Outros	7,24	9,77	34,92%	8,07
Prazo médio geral	11,89	8,42	-29,15%	7,85

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados pela Central de Mandados vem reduzindo, haja vista que, em 2012, o prazo médio geral foi de 11,89 dias, enquanto que em 2013, esse prazo médio foi de 8,42 dias; em 2014, os dados parciais até 30 de junho demonstram tendência de manutenção de redução, estando o prazo médio em 7,85 dias. Salienta-se que, em 2013, a redução dos prazos é verificada em quase todas as espécies de mandados, exceto na busca e apreensão de autos.

Em relação ao tempo de cumprimento, considerando a natureza da diligência, constata-se que o prazo do mandado de condução de testemunha é o mais moroso, levando, em média, 42 dias para cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores, seguido do prazo da penhora, cuja média foi de 16,30 dias para cumprimento. De qualquer sorte, é fato notório que em relação aos mandados de condução de testemunha, ao oficial de justiça não cabe qualquer ação além de esperar o dia da audiência designada para o cumprimento da diligência.

Por outro lado, o cumprimento mais célere é verificado nos mandados de notificação (5,92 dias).



4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso						
	2012		2013		2014 (até junho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	4	57,14%	8	40,00%	3	37,50
Citação	261	53,93%	203	32,74%	77	29,17
Condução de Testemunha	1	50,00%	1	100,00%	1	50,00
Notificação	525	29,59%	656	21,17%	312	19,18
Penhora	574	68,09%	418	49,29%	200	50,89
Outros	44	24,72%	50	28,74%	29	29,29
Total Geral	1.409	42,85%	1.336	28,06%	622	25,99

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.08.2014)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, foram devolvidos 1.336 mandados após o decurso do prazo legal em 2013, valor correspondente a 28,06% de todos os mandados cumpridos. Apesar do índice elevado, nota-se evolução em relação aos dados de 2012, cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 42,85%. E, em 2014, observa-se nova evolução, tendo em vista que, até 30.06.2014, os mandados devolvidos com atraso representavam 25,99% de todos os mandados cumpridos.

A redução do percentual de mandados devolvidos com atraso é verificada em todas as espécies de mandados cumpridos em 2013, exceto nos de condução de testemunha. As citações registraram a maior queda na comparação entre 2012 e 2013 (de 53,93% para 32,74%), seguidas das penhoras (de 68,09% para 49,29%), o que é elogiável.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados da Comarca de Sapiiranga.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ANA PAULA LUCCI DA MOTTA PEDROSO						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	06	06	01	01
Citação	101	101	109	108	58	57
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	374	374	535	535	222	205
Penhora	185	185	149	146	90	89
Outros	32	32	23	23	36	33
Total	692	692	822	818	407	385

DELAMAR PEREIRA NOGUEIRA NETO						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	01	01	01	01	02	01
Citação	20	19	95	92	54	55
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	70	68	469	459	375	379
Penhora	30	30	131	130	77	72
Outros	17	17	37	37	14	12
Total	138	135	733	719	522	519

FRANCISCO WILSON DE OLIVEIRA JUNIOR (ingressou em 06.06.2014 na Unidade)						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	01	01
Citação	00	00	00	00	02	02



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	00	00	38	33
Penhora	00	00	00	00	06	05
Outros	00	00	00	00	03	02
Total	00	00	00	00	50	43

LUIZ ANTONIO SCALZILLI MENEGHETTI						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	02	02	00	00
Citação	116	116	110	108	39	40
Condução de Testemunha	00	00	00	00	01	01
Notificação	354	354	563	559	187	186
Penhora	143	143	175	176	43	36
Outros	46	45	23	24	11	11
Total	661	660	873	869	281	274

MARIA PATRICIA ALVES MONTSERRAT						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	05	05	01	01
Citação	97	97	139	139	29	28
Condução de Testemunha	00	01	00	00	02	01
Notificação	365	365	602	597	367	370
Penhora	218	218	140	135	83	80
Outros	45	45	43	42	13	14
Total	727	728	929	918	495	494



THIAGO ARTHUR CEMBRANEL (ingressou em 11.04.2013 na Unidade)						
	Total em 2012		Total em 2013		Total em 2014 (até junho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	03	01
Citação	00	00	70	67	46	49
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	357	347	170	175
Penhora	00	00	104	101	50	48
Outros	00	00	21	20	21	22
Total	00	00	552	535	290	295

5. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA UNIDADE

As Unidades CCDF e CM de Sapiroanga se encontram organizadas, sob a chefia do Coordenador Marcelo Pinheiro Lucero, que assumiu o posto em fevereiro de 2000, portanto com bastante experiência no setor.

Como ponto positivo, há que se ressaltar que todos os servidores realizaram cursos de capacitação no período, alcançando uma média de 15,6 horas e 20 horas por servidor em PJe, respectivamente na CCDF e CM, e de 138,8 horas e 62,5 horas por servidor em outros cursos, respectivamente na CCDF e CM.

Também cabe destacar o aumento do número de mandados cumpridos (44,83%) e a redução, em 2013, do número de mandados devolvidos com atraso, representando, em 2013, 28,06%, enquanto em 2012 tal percentual representou 42,85%, que se refletiu na redução do prazo médio para devolução dos mandados (que passou, em 11,89 dias em 2012, para 8,42 dias, em 2013). Entretanto, deverá a Unidade seguir envidando esforços no sentido de reduzir tais números, com observância do prazo legal, em especial em relação aos mandados de penhora.

Como ponto negativo, cabe referir o baixo índice de reclamadas unificadas (6,96%), embora essas reclamadas representem o equivalente a 68,70% dos processos da comarca. Deverá a Unidade, envidar esforços no sentido de majorar esses percentuais.

Também deverá a CCDF atentar para efetuar a cobrança dos autos em carga.

A avaliação geral das Unidades aponta saldo positivo, com grande número de cumprimento de mandados e organização do arquivo e demais atividades da Coordenadoria de Controle e da Central de Mandados.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES



ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.3. (Tempo médio para cumprimento dos mandados) – Determina-se sejam envidados esforços à redução do prazo médio para cumprimento dos mandados, especialmente os de penhora;

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Diretor do Foro, com o Coordenador e com os servidores da Unidade Judiciária, a Vice Corregedora Regional esteve no Foro da Comarca de Sapiranga das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes à CCDF e CM, tendo comparecido, para esse fim, a advogada Vereni Cornelios Leite (OAB/RS nº 22.846), representando a seccional da OAB de Sapiranga, que elogiou Juízes e servidores, tendo feito especial menção à atuação do Juiz Renato Medina Guedes, falecido em 16-8-2013.

Também compareceu a Sra. Vanessa Schenkel, do Jornal Integração, para entrevistar a Vice Corregedora Regional.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Diretor do Foro, Juiz Cleiner Luiz Cardoso Palezi, pelo Coordenador, Marcelo Pinheiro Lucero e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Ana Maria Lucena Adams, Chefe de Gabinete da Vice Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice Corregedora Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

CARMEN GONZALEZ
Vice Corregedora Regional